

Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão?

*Public information politics and cultural politics:
what is the fate of public libraries?*

Maria Mary FERREIRA¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise da crise das bibliotecas públicas, refletindo sobre o papel do Estado e chamando a atenção para o esvaziamento de suas funções. Tais análises são focadas no Estado do Maranhão, cujas políticas são descontínuas, causando o desaparecimento da maioria das bibliotecas públicas criadas na década de oitenta e desativadas no Governo Collor e de Fernando Henrique Cardoso, sob a cumplicidade dos bibliotecários e omissão da sociedade que desconhece sua função social.

Palavras-chave: Estado e políticas públicas; políticas públicas de informação; políticas culturais; função social do bibliotecário; biblioteca pública do Maranhão.

ABSTRACT

This article depicts the crisis of public libraries, analyzing governmental influence in this issue and points out to the fact that libraries are gradually becoming extinct. Such analyses have been conducted in the State of Maranhão, Brazil, where politics are discontinuous, causing the extinction of most public libraries founded in the nineteen eighties. They were closed for good during the government of President Fernando Collor and President Fernando Henrique Cardoso, backed by the complicity of librarians and the omission of society, which is unaware of the social role of libraries.

Key word: State and public politics; cultural politics; public information politics; librarians; social function; public library of Maranhão.

INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização vivenciado pelos brasileiros a partir dos anos oitenta foi marcado por profundas mudanças e pelas tentativas das diversas organizações da sociedade civil de encontrar seu caminho após longo período da ditadura militar. Nesse sentido, a luta pelas eleições diretas, a constituinte e a reorganização partidária se consti-

tuíram momentos de grande tensão e esperança para a sociedade brasileira, dos quais os diversos segmentos e grupos organizados participaram intensamente, incorporando suas reivindicações e pressionando por políticas públicas mais imediatas e intervencionistas.

Dentre esses grupos se destacam aqueles voltados para a área de cultura que buscavam estabelecer novos padrões musicais, novas formas de fazer teatro, dança e trazer para o cenário a cultura

¹ Professora, Departamento de Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. Av. dos Portugueses, s/n, Bacanga, 65080-000, São Luís, MA, Brasil. E-mail: <mmulher13@hotmail.com>.

Recebido em 4/11/2005 e aceito para publicação em 20/6/2006.

popular antes enclausurada nos domínios dos bairros e terreiros². Da mesma forma, discutiam-se novos padrões para as bibliotecas, para os museus e para os arquivos como espaços privilegiados para a preservação da memória social e difusão de valores culturais que pudessem estar a serviço da coletividade, cumprindo seu verdadeiro papel de espaço público a serviço de todos os cidadãos.

A participação das diversas organizações de cultura foram, sem dúvida, importantes na indicação de propostas que contribuiriam para formulação e implementação de políticas públicas, as quais deram ao Estado subsídios para elaboração de planos e metas que, em algumas áreas, foram importantes no sentido de garantirem direitos e ampliar consciências. Em se tratando de políticas públicas na área de bibliotecas, entretanto, existem poucos estudos que demonstram concretamente o investimento do Estado nessa área e os resultados alcançados nas últimas décadas.

Neste trabalho refletimos sobre essa problemática tendo como objeto de análise as bibliotecas públicas e, em particular, as bibliotecas públicas do Estado do Maranhão, fruto da pesquisa “Políticas Públicas de Informação: Estudo sobre as bibliotecas públicas no Maranhão” que ora desenvolvemos na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na qual procuramos desvendar historicamente as razões que levaram as bibliotecas públicas desse estado a uma situação de abandono, com suas funções pouco valorizadas, com profissionais, em grande parte, pouco qualificados e mal remunerados.

Desenvolvida em várias etapas, a pesquisa primeiramente se preocupou em aprofundar teoricamente estudos que refletissem a biblioteca no contexto do Estado como parte de um todo, debatendo sobre responsabilidades para com as bibliotecas públicas. O recorte metodológico desenvolvido no estudo em questão foi a partir da década de oitenta, momento importante vivido pela sociedade brasileira que coincide com mudanças e rupturas com o período ditatorial, fazendo emergir diferentes atores entre os quais os novos movimentos sociais³ imbuídos de

pensar alternativas e políticas públicas em diferentes campos. Neste estudo, portanto, a ênfase se dará sobre esse momento histórico, percorrendo o período que vai até o governo Fernando Henrique Cardoso em 2001, sem perder de vista a atual conjuntura.

Na estrutura deste trabalho, dividido em três momentos, discutimos o sentido das políticas públicas e a responsabilidade do Estado de implementá-las a partir das expectativas geradas pelas mobilizações que emergiram principalmente na década de oitenta. No segundo momento analisam-se as políticas culturais e a função social das bibliotecas públicas, consideradas como um importante espaço de difusão do saber e local acessível às camadas populares.

No terceiro momento, refletimos sobre as bibliotecas públicas no Maranhão, cujas atividades têm sido descontínuas, haja vista a omissão do Estado, que não tem dado a essa instituição a devida atenção, contribuindo para o esvaziamento de suas funções sob a cumplicidade de uma sociedade que desconhece o papel da biblioteca e da classe bibliotecária, que perdeu a perspectiva de se contrapor ao desmonte iminente das mesmas.

O Estado e as Políticas Públicas

Entendemos que o papel do Estado é garantir à população direitos fundamentais que lhe permitam viver com dignidade, superando as trevas da ignorância, tendo corpo e mente sãos, amparada pelo acesso ao sistema de saúde e utilizando os bens culturais para que possa desenvolver e apreciar o belo, e integrar-se ao meio social e ambiente e preservá-lo. Infelizmente o que a população tem se defrontado é com um Estado que nega esses direitos elementares. Vive-se no país nas últimas décadas uma luta intensa dos vários movimentos sociais para fazer valer direitos constitucionais adquiridos na perspectiva de diminuir as desigualdades sociais. Esses vários movimentos, também denominados de novos movimentos sociais, têm feito um enfrentamento com o Estado, propondo novas estratégias de diálogos e

² Locais sagrados onde são professados cultos de origem africana.

³ Considerados como novas formas de organização social e de exercício da cidadania, representam segmentos diversos da sociedade civil cujas manifestações públicas desencadearam um amplo movimento que contribuiu para o processo de democratização do Estado e para a visibilidade das reivindicações dos setores excluídos na sociedade (FERREIRA, 1999a).

políticas públicas com o objetivo de diminuir as distâncias sociais nesse país tão cheio de contrastes.

Compreendem-se as políticas públicas como estratégias que, na nossa perspectiva, servem para mudanças sociais que têm como princípio a igualdade social, sendo, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo, contraditório, fruto geralmente da ação e/ou posição dos vários movimentos sociais nos estados capitalistas. As políticas públicas têm sido estudadas mais nos Estados Unidos a partir de pesquisas empíricas ou estudos comparativos que permitiram a simbologia do *Welfare State* (O Estado do bem-estar social).

No Brasil, a expressão política pública começa a ser discutida a partir da década de 1970, substituindo, de certa forma, o espaço antes ocupado pela expressão “planejamento estatal”. Se política refere-se a “um conjunto articulado de decisões do governo visando fins previamente estabelecidos a serem atingidos através de práticas globalmente programadas e encadeadas de forma coerente” (Augusto, 1989, p.106), política pública, por sua vez, refere-se à “intervenção estatal nas mais diferentes dimensões da vida social” (Augusto, 1989, p.107), que se traduz em ações que têm como finalidade produzir um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos.

Se as experiências de planejamento estatal no Brasil desenvolviam uma política de prioridades na determinação de metas a serem atingidas e definidas em nível de cúpula, o mesmo não se dá com relação às políticas públicas, que partem de demandas sociais formuladas a partir de reivindicações, pressões e persuasão dos diversos sujeitos sociais envolvidos. Ainda assim, a ação do Estado é quase sempre no sentido de hierarquizar-las, privilegiando alguns desses sujeitos conforme interesses, posições ou lugares.

No processo de elaboração e implementação de políticas públicas são colocadas em questão a “dimensão e ação da política, uma vez que quanto menor a quantidade de mudanças, menor serão os conflitos e maior será o consenso”. (FERREIRA, 1999b, p.35). Por outro lado, o consenso sobre as metas e objetivos é melhor influenciado e viabilizado quanto maior for o grau de participação dos implementadores na fase de formulação. Isso, segundo Viana (1996, p.17), “*umenta a clareza da política e reduz as resistências*”. A intervenção do Estado por meio das

políticas públicas pode ser analisada a partir de uma ótica do “direito positivo que se estabelece entre o cidadão e o Estado”. (FLEURY, 1994, p.11).

Compreendemos que isso faz parte das funções do Estado Moderno, garantido pelas constituições que representam instrumentos legais capazes de regular as relações sociais, políticas e econômicas que têm atribuído aos indivíduos um conjunto de direitos que lhes transformam em cidadãos. Os direitos operam como “princípio regulador das práticas sociais, definindo regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada (e negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um”. (TELLES, 1994, p.92).

O Estado, cuja natureza sabemos, é classista - o que pode ser evidenciado pela ocupação dos postos de poder pelos membros da classe dominante -, representado pela elite que detem os meios de produção, não poderia, portanto, como enfatiza Fleury (1994, p.15): “contemplar em suas políticas os interesses e as conquistas das classes dominadas, o que reduz toda política, inclusive a social, a um mero elemento da estratégia de exploração e/ou de legitimação do exercício da dominação”.

O papel do Estado tende a ser o de sujeito personificado na dinâmica social, encarregado de produzir bens e serviços de interesse coletivo ou outorgando direitos a outros segmentos sociais. A ampliação de sua atividade pública e a proliferação de agências estatais em vez de possibilitarem a visualização do efeito conjunto e articulado de suas múltiplas ações terminaram por acentuar a emergência de eixos próprios para cada uma das linhas de intervenção e as formas fragmentadas sem harmonização entre as várias atividades governamentais.

Os aspectos sociais das políticas públicas, ou mesmo em um sentido mais restrito, as políticas sociais - por mais “sociais” que pareçam como preocupação governamental -, parecem bastante dissociadas das políticas que vêm sendo implementadas no Brasil nos últimos anos. A ação do Estado nas políticas sociais tem, segundo Augusto (1989, p.110), um caráter compensatório e redistributivo; essa ação é vista, ainda, por Draibe (1989), e Fleury (1994) como instrumento de controle dos antagonismos que foram se estabelecendo na sociedade a partir das crises do capitalismo.

A necessidade de investir no social, dando algum tipo de proteção social, legal ou assistencial às grandes massas populacionais que viviam (e ainda vivem) em situação de miséria, “*está associada ao fenômeno da industrialização e ao conseqüente rompimento das relações tradicionais do feudalismo*” (FLEURY, 1994, p.61). Os pobres, tanto quanto as mulheres e os negros, eram considerados inferiores, dependentes e portanto incapazes de prover o que era necessário para o seu sustento, dessa forma, eram merecedores de proteção. Os mais abastados, por sua vez, deveriam fornecer, além da proteção social necessária, a manutenção da ordem laboral, moral e ética.

Essas relações tradicionais, segundo Fleury (1994, p.62), “estavam fundadas na crença da desigualdade natural entre os homens e na reciprocidade de expectativas radicadas nas diferentes funções que cada um deveria cumprir na sociedade”. Dessa forma, o Estado não era obrigado a intervir nesses processos. Somente com o advento dos Estados Nacionais, o paternalismo deixa de ser uma justificativa nas relações sociais para converter-se numa ideologia de governo nacional.

No Estado-Nação, cada cidadão encontra uma relação direta com a autoridade soberana do país, em contraste com o Estado medieval, no qual essa relação direta era desfrutada apenas pelos grandes homens do reino. Por conseguinte, um elemento essencial da construção da nação é a codificação dos direitos e deveres de todos os adultos que são classificados como cidadãos (BENDIX, 1996, p.110). É na constituição de um Estado Nação⁴ moderno que se originam os direitos de cidadania e esses direitos são o símbolo da igualdade no âmbito da nação.

A igualdade formal perante a lei, segundo Ferreira (1999b, p.37), “tem beneficiado, em princípio, apenas aqueles cuja independência social e econômica os habilita a tirar proveito legal de seus direitos”. Por igualdade subentende-se usufruir de direitos iguais e compartilhar dos bens sociais construídos pela humanidade, ou seja, refere-se à

possibilidade de que todos os cidadãos tenham acesso aos recursos para competição igualitária no mercado de trabalho. Entretanto, como afirma Santos (1987, p.15), “os homens são desiguais, sustenta o credo meritocrático, e a distribuição de benefícios econômicos e sociais reflete essa desigualdade através do mercado e nenhuma ação pública, tendo por objetivo escamotear esse duro fato, é legitimada”.

Em se tratando das bibliotecas públicas, elas existem desde tempos imemoriais, sendo responsáveis pela preservação e difusão do conhecimento produzido pela humanidade. Ao longo de sua existência, vem passando por transformações em sua estrutura para que possa disponibilizar serviços de qualidade a sua comunidade, influenciando o desenvolvimento do município, estado e país e a democratização do conhecimento.

A filosofia do trabalho desenvolvido pelas bibliotecas públicas está fundamentada na democratização e socialização do saber, favorecendo aos indivíduos a descoberta do mundo da escrita e poder para assim elevar seus conhecimentos para tomada de decisões com vista à transformação da sociedade. Suas funções e ação, entretanto, são marcadas por contradições, avanços e recuos, transformando-as em uma instituição cheia de ambigüidades e dificultando uma atuação mais política de forma que venha a romper com o modelo conservador de fazer biblioteca, até então vigente, na maioria dos estados brasileiros, como bem enfatiza Almeida Júnior (1997, p.23):

Faz parte da essência da biblioteca pública a ambigüidade, a contradição. Mantida pelo estado, preserva e reproduz as condições sociais que mantêm determinadas classes no poder. Por outro lado, atende a população, buscando satisfazer suas necessidades informacionais.

Essas ambigüidades e contradições e o papel exercido pelo Estado na gestão dessas organizações públicas é quase sempre de omissão, descaso, pouco investimento, pouca renovação dos quadros de pessoal, contribuindo para que as bibliotecas públicas

⁴ Caracterizamos o Estado - Nação quando a autoridade governamental rompe com estruturas aristocráticas medievais e patriarcais para fundar um Estado que tem como critério uma separação substancial entre a estrutura social e o exercício de funções governamentais e administrativas, fazendo da política nacional um instrumento acima de interesses particulares e de grupos privados, tendo um corpo de funcionários cujo recrutamento e execução da política são separados de privilégios hereditários e interesses de propriedade (BENDIX, 1996, p.140-141). Não é como este Estrado Nação – Nação que os movimentos sociais têm-se defrontado.

estejam cada vez mais distanciadas dos setores populares, deixando, assim, de cumprir sua função primordial: socialização de informações com vistas a ampliar os direitos de cidadania entre os indivíduos.

Assim, as bibliotecas vão se constituindo espaços distanciados da grande maioria daqueles que dela deveriam usufruir: a sociedade como um todo. Esse distanciamento tem ocasionado o fechamento de várias bibliotecas, a redução de serviços de outras tantas, e uma desintegração entre biblioteca e sociedade. E essa falta de integração em relação ao papel que cada um deve assumir neste cenário de desordem tem gerado insatisfação entre seu público e feito com que a memória social da humanidade corra sérios riscos de vir a se desintegrar.

Políticas culturais e a crise das bibliotecas públicas

Ao buscar um modelo de biblioteca pública que atenda as demandas da sociedade e cumpra minimamente com o que lhe está determinado dentro de um Estado Nacional, o Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicado em 1949 nos Estados Unidos, revisado em 1972 e atualizado em 1994⁵, serve de mecanismo para a formulação de uma política de bibliotecas públicas.

A biblioteca pública é um centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções

devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória do esforço e da imaginação da humanidade. As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais. Os serviços da biblioteca pública devem, por princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e estatais. Deve ser objecto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. (ORGANIZAÇÃO..., 1994).

Outro documento que define também as funções de uma biblioteca pública é a Declaração de Caracas, fruto de um encontro sobre biblioteca pública realizado em 1985⁶. Nesse encontro são reafirmados os compromissos com o Manifesto da UNESCO e são aprovadas diretrizes para nortear a ação das bibliotecas públicas. Nessa declaração as bibliotecas passam a ser compreendidas como um instrumento de transformação social em toda a América Latina e no Caribe. A declaração define uma série de diretrizes como sendo papel da biblioteca pública, entre as quais citamos:

Asegurar a toda la población el libre acceso a la información en sus diferentes formas de presentación. Esta información debe ser amplia, actualizada y representativa de la suma de pensamientos e ideas del hombre y la expresión de su imaginación creativa de tal manera que tanto el individuo como la comunidad, puedan situarse en su entorno histórico, socio económico, político y cultural. Estimular la participación activa y efectiva de la población en la vida nacional, incrementando así el papel de la biblioteca como instrumento facilitador de cambio social y de participación en la vida democrática; servir como centro de información y comunicación para la comunidad Promover el rescate, compresión, difusión y defensa de la cultura nacional e autóctona; Apoyar el desarrollo de una industria editorial nacional y regional económicamente fuerte y culturalmente independiente. (DECLARACIÓN..., 1999, p.57).

⁵ Essa última versão do Manifesto foi preparada em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA) e aprovada pela UNESCO em novembro de 1994 (ORGANIZAÇÃO..., 1994).

⁶ Esse encontro foi organizado pela *International Federation of Library Associations* (IFLA) e pelo Centro Regional para el fomento del libro en América Latina y el Caribe (CERLALC). Participaram desse encontro representantes de organizações regionais, nacionais e de cooperação técnica de trinta países da América Latina e do Caribe para pensar estratégias para o desenvolvimento das bibliotecas públicas.

A divulgação dessa Declaração coincide com o momento em que o Brasil discutia estratégias de viabilizar políticas públicas encaminhadas por diversos setores da sociedade civil e pelas pressões desencadeadas para a realização da Constituinte, cujo processo de mobilização foi extremamente favorável para estimular a reorganização de categorias entre as quais a de bibliotecários, que em diferentes estados da federação passa a pensar novos modelos de gestão para as bibliotecas públicas. Nesse período são inúmeras as iniciativas desenvolvidas de Norte a Sul do Brasil, chamando a atenção para práticas democráticas de incentivo à leitura. Discutem-se ação cultural nas bibliotecas públicas e estratégias para torná-la um canal de intermediação entre a sociedade e a informação.

Assim, a biblioteca pública assume uma responsabilidade que até então lhe era praticamente alheia: atender, além dos estudantes, outros segmentos antes esquecidos e marginalizados - os negros, as mulheres e os indígenas.

Ao estender suas ações a outras camadas antes pouco atendidas pela biblioteca, ela vai cumprindo sua função social, entretanto alguns setores continuam excluídos: os analfabetos, os portadores de necessidades especiais, os favelados ou ainda aquelas pessoas que moram em zonas pouco acessíveis⁷.

Muitas ações foram desenvolvidas para ampliar o atendimento⁸, porém, o que se percebe é que poucas atividades foram dirigidas a esses públicos. Ao não redirecionar sua atuação e redefinir internamente suas funções, a biblioteca ampliou o fosso que distancia os indivíduos em função da classe social. Isso, segundo Cysne (1993, p.43), se dá em virtude da:

Desvinculação do estudo dos problemas informacionais com questões sociais, econômicas, políticas e culturais do país que produzem indivíduos letrados ou socialmente aptos ao acesso a informações produzidas e sistematizadas, e um grande contingente de analfabetos e semi-analfabetos, expropriados de bens materiais, produtivos e culturais e, por isso mesmo, sem as condições favoráveis ao uso da informação registrada.

Ao se voltar quase que exclusivamente para o atendimento de alunos do ensino fundamental e médio, com a intenção de atender suas necessidades de pesquisas e atividades escolares, a biblioteca foi deixando de cumprir suas funções primordiais conforme determinado na Declaração de Caracas. Por outro lado, a qualidade dos serviços prestados pela biblioteca a esse público tem sido de má qualidade e insuficiente dada a grande demanda, haja vista as inúmeras reclamações de estudantes e professores registradas em pesquisas e trabalhos monográficos do Curso de Biblioteconomia da UFMA⁹, e as lacunas que ficam em função de sua ausência no atendimento dos outros segmentos. Dessa forma, as reflexões feitas por Ferreira (2001, p.7) são importantes para nos levar

[...] a repensar a Biblioteca Pública como um instrumento de articulação da sociedade civil, e o/a bibliotecário/a como um sujeito social, participante e ativo capaz de interagir com a sociedade, sendo co-participante das mudanças de paradigmas que se vislumbram para a construção de uma sociedade democrática.

Isso será possível quando o bibliotecário estiver envolvido diretamente nos problemas da sociedade como um todo, e não apenas em parcelas pouco representativas da sociedade, reforçando a mesma elite que tem dominado as diversas áreas tanto no

⁷ As bibliotecas públicas desenvolveram inúmeros trabalhos que tiveram como filosofia o fortalecimento da cidadania dos setores excluídos. Porém, grande parte de suas ações ficaram restritas aos espaços físicos das mesmas, restringindo assim seu alcance de atuação. Tal realidade observada a partir de experiências acumuladas em diferentes momentos, atuando como bibliotecária, diretora de biblioteca e arquivo ou ainda como secretária municipal de cultura, reflete a falta de políticas, o desconhecimento do alcance e dimensão social das bibliotecas por parte dos gestores públicos que se tem consubstanciado como uma das principais dificuldades para o cumprimento de suas finalidades.

⁸ São conhecidos os programas desenvolvidos pelas bibliotecas públicas para suprir a carência de espaços de leitura no Norte e Nordeste a exemplo dos projetos caixa-estante, carro-biblioteca; livro na praça, barco da leitura, desenvolvidos principalmente nas décadas de oitenta e noventa e que sofreram descontinuidade em virtude dos poucos recursos liberados para manter atuante uma equipe de bibliotecários e animadores culturais.

⁹ Segundo diagnóstico realizado pela Coordenação de Monografia do Curso de Biblioteconomia em 2001, 45% dos estudos de trabalhos de conclusão de cursos são voltados para as áreas de leitura, bibliotecas públicas e escolares.

campo da política, como no campo da economia, educação, no Brasil, e em particular no Maranhão.

Biblioteca Pública no Maranhão: avanços e recuos

A pouca atenção dada às bibliotecas públicas no Estado do Maranhão pode ser evidenciada a partir da fundação da principal biblioteca desse Estado, a “Benedito Leite”, criada quando o Barão de Pindaré, Antônio Pedro da Costa Ferreira, homem influente da época, teve a idéia de implantar uma biblioteca. Sua proposta foi aprovada no dia 8 de julho de 1826, mas só depois de três anos, em 17 de julho de 1829, é que a Câmara Municipal de São Luís autorizou seu estabelecimento.

O então presidente da Província de São Luís, desembargador Cândido José de Araújo Viana, solicitou ao imperador D. Pedro I a implantação da Biblioteca Pública do Maranhão, porém seu pedido foi negado por alegação de escassez de recursos financeiros. Inconformado, Cândido Vieira procurou a Câmara Municipal para aprovar uma subscrição popular e voluntária a fim de organizar a biblioteca, inaugurando suas primeiras instalações no dia 29 de setembro de 1829 (MORAES, 1973).

A partir de então a biblioteca pública cumpriu um longo período de “peregrinações” involuntárias. Ocupou inicialmente o pavimento superior do Convento do Carmo; após essa primeira sede, essa biblioteca fez inúmeras itinerâncias, na maioria das vezes em lugares inadequados, sem a mínima condição de funcionamento. As sucessivas mudanças, ocorridas durante toda sua existência, foram extremamente prejudiciais à composição de seu acervo que estava em formação. Ela somente passou a ter sede própria a partir de 1951, no governo de Sebastião Archer, que mandou construir a sua atual sede para abrigar seu acervo (MORAES, 1973).

Nesses cento e setenta e seis anos de existência, a biblioteca pública foi palco de inúmeros debates, mudanças, reformas, que ampliaram ou restringiram suas ações. É, entretanto, no final da década de setenta e década de oitenta que ela passa por alterações que vêm ampliar as funções e serviços oferecidos à sociedade e que coincidem com as pressões e reorganização da sociedade civil, que exige

mudanças na postura do Estado Nacional no que se refere ao exercício do ser cidadão e no tratamento do Estado para garantir a democratização dos bens culturais, entre os quais o livro. Outro fator que contribui para essas mudanças e transformações nas bibliotecas maranhenses é a criação do Curso de Biblioteconomia na Universidade Federal do Maranhão em 1969.

No final da década de setenta a biblioteca pública idealiza a criação de um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas com o objetivo de implantar e dinamizar bibliotecas em todos os municípios maranhenses. Esse sistema tinha como objetivo, além da implantação e dinamização, a capacitação de auxiliares de biblioteca que se responsabilizariam em coordenar as ações das bibliotecas nos vários municípios maranhenses. Essas propostas, pensadas a partir dos princípios da UNESCO, esbarravam na falta de políticas culturais voltadas para esse fim. Dessa forma, o Estado, ao não definir suas ações para as bibliotecas, impedia que as mesmas caminhassem sobre “seus próprios pés”. Essa indefinição estava consubstanciada num modelo de Estado que compreende políticas culturais como promoção de eventos e/ou apenas preservação de bens culturais.

Políticas culturais são mecanismos utilizados pelo Estado para fazer chegar aos setores populares e à sociedade, o sentido da própria realidade, contribuindo para ampliar suas descobertas. Para Feijó (1989) e Coelho Neto (1999), o sentido das políticas culturais envolve um esforço entre intelectuais e setores populares para garantir um programa de valorização das conquistas culturais que irão fortalecer a identidade cultural, criando condições para que se avance de forma solidária na construção de uma sociedade menos desigual e mais fraterna, ou seja, uma verdadeira sociedade política. O que se percebe, entretanto, é que em se tratando de políticas culturais, as intervenções do Estado têm sido incentivadas, na maioria das vezes, para defender interesses de grupos políticos e econômicos dominantes.

No Maranhão as políticas culturais ainda estão alicerçadas em modelos conservadores que vêm legitimar as elites que dominam esse Estado há quarenta anos. É uma cultura que “reproduz o autoritarismo das elites”, enfatiza Chauí (1997, p.40), à medida que o povo vai reproduzindo, repetindo, copiando integralmente os padrões culturais vindo

das elites; dessa forma, “a cultura do povo, em lugar de ser a recusa do que se passa nas esferas das elites, passa a ser um instrumento para dominação dos que detêm o poder, que sustentam o paradigma do “melhor” a que todos aspiram” (CHAUÍ 1997, p.40).

A prática do discurso da classe dominante se encarrega de criar, entre os membros da sociedade, a ilusão de que fazem parte dela de forma igualitária e que aparentemente não há contradição entre aqueles que fazem cultura e aqueles que consomem. Isso acaba por dissimular as diferenças reais, criando a idéia de unidade popular e nacional, que vai eliminando aparentemente as diferenças (CHAUÍ, 1997).

Nas últimas décadas o que se tem evidenciado no Maranhão são arremedos de políticas culturais, quase sempre desarticuladas de políticas globais que têm relação similar, como por exemplo, as de educação. Os investimentos feitos pelo Estado na cultura evidenciam a pouca atenção dado a essa área. Os recursos em geral não ultrapassam 1% do orçamento geral do Estado, tendo sido as bibliotecas negligenciadas pela maioria dos governos, que em geral se limita a investir em reforma e ampliação do prédio¹⁰.

As políticas de bibliotecas desenvolvidas no Maranhão nas décadas de sessenta e setenta são um reflexo da política desenvolvida pelo regime militar, que tinha no Instituto Nacional do Livro o órgão responsável pelas diretrizes que norteavam a implantação e dinamização dessas organizações em todos os estados brasileiros. As bibliotecas públicas implantadas no Maranhão nesse período obedecem a esses princípios.

A situação somente passa a ser gradativamente transformada a partir de 1983, sob o impacto das mudanças que o Brasil vivenciava naquele momento. Embaladas pela abertura política, pelas Diretas Já, pela Assembléia Nacional Constituinte, as bibliotecas públicas municipais começam a adotar modelos mais democráticos de gestão, estimuladas pela formação de novos bibliotecários egressos dos

cursos de biblioteconomia das universidades federais em todo o País e em especial no Maranhão.

Essas bibliotecárias sofrem influência dos movimentos sociais que então se aglutinavam principalmente na capital do estado e que clamaram por mudanças e construção de uma nova visão de sociedade, fazendo florescer novas idéias e novas formas de fazer biblioteca, que passam a exercer pressões no Instituto Nacional do Livro, que passa a adotar modelos mais flexíveis para as bibliotecas públicas em todo o País.

Nesse período, se instalam 108 bibliotecas nos 132 municípios maranhenses. Era praticamente uma biblioteca em cada um dos municípios maranhenses. Embora tais bibliotecas não atendessem a contento os interesses da população, é certo que em alguns municípios elas desenvolveram e desenvolvem atividades que foram e são de fundamental importância para o crescimento socioeducativo.

Com a extinção do Instituto Nacional do Livro no Governo Collor, perde-se um aliado importante, já que esse vinha reformulando sua filosofia de trabalho para adequar-se às novas demandas da sociedade. Com sua extinção, as bibliotecas perdem uma das suas referências, haja vista que as reformas que se processavam dentro do Instituto representavam os anseios daqueles que pensavam as bibliotecas públicas a partir do princípio de que devem garantir o acesso à informação a todas as camadas sociais.

Com o advento das novas tecnologias de informação, as bibliotecas públicas parecem estar em constante compasso de espera de modernizar seus serviços técnicos e melhorar o atendimento aos clientes que, por sua vez, exigem eficiência e modernização nos serviços oferecidos. Ao conviver com uma sociedade que exige serviços de qualidade e informações precisas, e outra que não demanda nenhum tipo de serviço, por desconhecer as reais funções de uma biblioteca pública, a biblioteca vive

¹⁰ Nos últimos governos, período que compreende os anos de 1994 a 2001, a Biblioteca Pública “Benedito Leite” não passou por nenhuma reforma. A última reforma que a biblioteca pública recebeu foi em 1993, quando foram reestruturadas suas instalações físicas e foi ampliado parte de seu acervo. Nesse período foi criado e desmembrado o setor escolar da biblioteca, atendendo reivindicações da classe estudantil, porém sem resolver o problema desse segmento. Em finais de 2001 o acervo da biblioteca se encontrava completamente depredado, desatualizado, sem que nenhuma atitude tenha sido tomada pelo Estado, pelos órgãos de classe ou pela sociedade.

numa encruzilhada em vista dos seus recursos insuficientes e indefinição de políticas no nível do Estado para que ela venha cumprir sua função social. Por outro lado, a má gestão das bibliotecas públicas também tem sido um dos fatores dos mais relevantes no desmonte que se estabeleceu em grande parte das bibliotecas públicas no País.

Embora este estudo esteja inacabado, uma vez que a pesquisa “Políticas Públicas de Informação: estudo sobre as bibliotecas públicas no Maranhão” encontra-se em andamento, os dados preliminares nos apontam para uma situação dramática. Das 180 bibliotecas criadas no início da década de 80 no Maranhão, estima-se que apenas sessenta estejam em funcionamento, e, dessas, apenas quarenta funcionando de forma satisfatória.

Ao serem questionadas algumas autoridades do governo de Roseana Sarney sobre a carência dos serviços, a defasagem do acervo e o acompanhamento das bibliotecas públicas municipais, elas alegaram a construção de dezoito minibibliotecas num projeto denominado Farol da Educação (nos moldes do Farol do Saber, desenvolvido com bastante sucesso, no Estado do Paraná).

Esse projeto, embora de grande relevância para a comunidade escolar, seguramente não substitui as bibliotecas públicas, já que a proposta dos “Faróis” é ser biblioteca escolar, portanto com um público bem definido. Dessa forma, o desaparecimento das bibliotecas públicas no Maranhão se apresenta para nós como a destruição do único canal que possibilitava à comunidade o acesso ao conhecimento e alimentava a perspectiva de integração a partir da difusão de linguagens culturais que as bibliotecas públicas passaram a desenvolver no final da década de setenta até final da década de oitenta, com o prenúncio dos novos tempos que se alimentava nesse período.

Apenas para aguçar e provocar reflexões

Como enfatizamos, este estudo está ainda em fase preliminar, embora nossa experiência na área seja bastante grande, já que durante muitos anos atuamos em cargos de gestão de bibliotecas públicas, ora na administração, ora em assessorias e consultorias. Isso nos permite apontar algumas reflexões que devem contribuir para criar inquietações que venham estimular e despertar interesse de novos sujeitos e despertar, ainda, na categoria, uma tomada de posição de forma a compreender essa instituição como fundamental para todos os bibliotecários, já que ela continua sendo um dos espelhos que refletem de forma mais “massificada” a visão da sociedade com a profissão do bibliotecário.

Ao desvendar historicamente as razões que levaram as bibliotecas públicas do Maranhão a essa situação de abandono, com suas funções pouco valorizadas, com profissionais em grande parte pouco qualificados para o desempenho de suas atividades e atendimento dos diferentes públicos, esperamos trazer à tona uma discussão que ficou no tempo meio “fora de moda” dentro do discurso globalizante e neoliberalizante que se estabeleceu dentro dos cursos de biblioteconomia e por extensão nas instituições ligadas à área.

As bibliotecas públicas, no final da década de 70 e meados da década de oitenta, se constituíram uma alternativa para a grande massa, que, ávida de saber, queria recuperar um tempo perdido, após longo período de silêncio e negação de canais de leitura. Nesse período são conhecidas as muitas ações desenvolvidas pelas bibliotecas para tornar a leitura acessível a todos; de certa maneira abria-se o caminho para consolidar a chamada modernidade.

Esse projeto, entretanto, é interrompido no Governo Collor, desconsiderado nos dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso e reativado parcialmente no Governo Lula¹¹. Porém as luzes de

¹¹ Análise sobre o período que abrange o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva será objeto de próximo estudo em fase de elaboração. Vale ressaltar alguns projetos ora desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que objetiva estimular a leitura através do projeto: “Arca das Letras”. Esse projeto implantou mil e quinhentas mini bibliotecas em parcerias com as comunidades e sindicatos de trabalhadores rurais. Além disso, é creditada a esse governo uma série de iniciativas que se inserem na perspectiva de tornar a leitura um bem público, a exemplo dos projetos Fome de Livro, Programa Uma Biblioteca em Cada Município e o mais recente Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), que é parte da ação da Política Nacional do Livro criada pela Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, que tem caráter permanente e agrega um conjunto de metas e estratégias que visa democratizar o acesso à informação, apoiar as bibliotecas públicas, edição de publicações entre outras medidas descritas no Plano (BRASIL, 2006).

sua ação ainda não se fazem sentir na maioria dos Estados do Norte e Nordeste, entre os quais o Maranhão. A biblioteca pública deixou de ser a alternativa, dando lugar a projetos paliativos, a exemplo do Farol da Educação, que não substitui sua função social e que, de certa maneira, distorce sua proposta de integração do conjunto da sociedade indistintamente.

Por outro lado, é preciso chamar a atenção para a passividade em que se encontram os bibliotecários que, embevecidos pelas “filosofias levynianas”, vêem o mundo sob uma perspectiva fantasiosa, já que suas análises estão fundamentadas em uma

sociedade tão irreal quanto alienante, daí a dificuldade de eles se perceberem sujeitos capazes de transformar a realidade a partir de situações concretas, possíveis e reais, buscando para tanto a organização da categoria e a discussão de princípios básicos que possam unificar e aglutinar bibliotecários a partir de objetivos comuns, como, por exemplo: a valorização da profissão e a construção de uma imagem mais positiva. Existem outros tantos pontos de unidade que certamente nos dariam mil perspectivas; é preciso discutir e buscar esses pontos, criar novas teias e estabelecer as chamadas redes que abrirão novas perspectivas e certamente novas saídas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O.F. *Biblioteca pública e bibliotecas alternativas*. Londrina: Ed. Universidade Federal de Londrina, 1997. 171p.

AUGUSTO, M.H.O. Políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.1, n.2, p.105-119, 1989.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Nacional do Livro e Leitura* – PNLL. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/politicas/livroeleitura/pnll/>>. Acesso em: 3 abr. 2006.

BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo: EDUSP, 1996. 401p.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 309p.

COELHO NETO, J.T. Da política cultural a cultura política. *Contato*, Brasília, v.1, n.2, p.77-106, 1999.

CYSNE, F.P. *Biblioteconomia: dimensão social e educativa*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1993. 145p.

DECLARACIÓN de Caracas sobre la biblioteca pública como factor de desarrollo e instrumento de cambio social en América Latina y el Caribe - 1985. *Revista El libro en América Latina y el Caribe*, n.87, p.55-60, 1999.

DRAIBE, S. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. *Ciências Sociais hoje*. São Paulo: Vertical/ANPOCS, 1989. p.13-61.

FEIJÓ, M.C. *O que é política cultural*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, M.M. *As Caetanas vão à luta; a trajetória do movimento feminista no Maranhão face as políticas públicas*. 1999a. 269fl. (Dissertação) - Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

FERREIRA, M.M. *Mulher, gênero e políticas públicas*. São Luís: Núcleo Interdisciplinar Mulher Cidadania e Relações de Gênero, UFMA, 1999b. 136p.

FERREIRA, M.M. *O compromisso social e político do profissional da informação*. São Luís: UFMA, 2001. 12 fl. (Palestra proferida em setembro na aula da saudade aos alunos do Curso de Biblioteconomia da UFMA).

FLEURY, S. *O estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. 252p.

MORAES, J. *Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite*. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1973. 64p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas*. 1994. Disponível em: <http://www.iplb.pt/pls/dipltb/get_resource?rid=938>. Acesso em: 3 abr. 2006.

SANTOS, B.S. O Estado, a sociedade e as políticas sociais. *Revista Crítica de Ciências*, n.23, p.13-74, 1987.

TELLES, V.P. Movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, E. et al. *O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado, cidadania nos cursos dos anos 90*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.225-243.

VIANA, A.L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *RAP*, Rio de Janeiro, v.30, n.2, p.5-43, 1996.